

Justiça em

Edição 77
Ano XIV - junho - 2020



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

TELETRABALHO NA JUSTIÇA FEDERAL

Como está sendo a adaptação dos magistrados
e dos servidores à nova forma de trabalhar

NESTA EDIÇÃO

Destinação de Recursos Contra Covid-19
Medicina a Distância
Melhorando a Imunidade

Ferramentas Digitais e Trabalho em Equipe
Ferrovias Paulistas
Recessão Pós-Pandemia

TELETRABALHO NA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO

Em meados do mês de março, com a publicação das Portarias Conjuntas nº 1, 2 e 3/2020-TRF3, várias medidas foram adotadas pela Justiça Federal da 3ª Região em resposta às recomendações e alertas emitidos pelas autoridades federais, estaduais e municipais visando conter a disseminação da Covid-19 no Brasil. Entre essas medidas, desde o dia 20, os serviços realizados pelas varas e áreas administrativas passaram a ser exclusivamente através do regime de teletrabalho. Além disso, os prazos processuais, inspeções ordinárias, audiências, sessões de julgamentos e atos judiciais presenciais designados para o período foram suspensos.

Assim, magistrados e servidores tiveram de adaptar rapidamente suas atividades à forma remota de trabalhar com o objetivo de manter a prestação jurisdicional e, apesar da situação imposta pela pandemia, atender às partes do processo (autores e réus), além de advogados e outros órgãos envolvidos.

Para o juiz federal Ali Mazloum, da 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo, o esforço individual de cada membro da equipe no esclarecimento de dúvidas e alinhamento de ações tem sido fundamental ao desempenho do grupo. “O teletrabalho tem se mostrado eficaz, bem como os canais de comunicação interna de nossa equipe. Fomos pioneiros no uso do WhatsApp para fazer intimações e outras comunicações com as partes. Há pelo menos seis anos, ainda que em pequena escala, já fazíamos audiências



virtuais, assim o trabalho virtual não foi um problema”, disse.

De acordo com Ali Mazloum, a experiência que estamos passando parece ser a maior já vivida pelo Poder Judiciário em termos de metodologia, sendo que o trabalho remoto tem se mostrado importante para enfrentar a pandemia e um caminho a ser explorado cada vez mais no futuro. Ele destaca, no entanto, a necessidade da atenção redobrada dos juízes em seus julgamentos. “A virtualização dos julgamentos não pode reduzir o drama que existe por trás de cada processo. Com o distanciamento das partes, dos advogados, enfim, do mundo real, corre-se o perigo de se esquecer de que, por trás da tela do computador, existe um complexo mundo real que merece toda a nossa atenção”, alerta.

Suporte e tecnologia

O TRF3 e a JFSP desenvolveram um Manual de Teletrabalho disponibilizado para os servidores na intranet. O objetivo foi o de apresentar várias orientações para o período de atividades a distância. Lá encontram-se instruções sobre o planejamento de trabalho, o ambiente adequado para as atividades em casa, além de técnicas e dicas sobre a gestão do tempo, saúde e bem-estar. Além disso, é possível saber como usar as formas de comunicação e as ferramentas tecnológicas disponíveis como extranet, VPN, Microsoft Teams, etc.

Na 11ª Vara Cível Federal de São Paulo a forma de trabalhar bem organizada está ajudando bastante. “Aqui temos um planejamento de trabalho

escrito, compartilhado e conhecido por todos da secretaria. Nele estão descritas as tarefas e quem as executa, existe também uma agenda de trabalho, contendo as tarefas que cada um faz em cada dia da semana”, explica a juíza federal Regilena Emy Fukui Bolognesi.

A magistrada estabeleceu um paralelo entre o que se verifica em um cenário de guerra e o que aconteceu no ato de ter de deixar o local de trabalho em virtude da Covid-19. “No nosso caso deixamos o Fórum levando conosco o que foi possível. No lugar de joias, dinheiro e documentos, carregamos conosco os arquivos eletrônicos, que em tempos de processo digital são os valores necessários para a sobrevivência do trabalho”, explicou.

Para a diretora de secretaria da Vara, Débora Sonzzini, a falta de contato pessoal com os colegas dificulta a troca de ideias e a solução tem sido as conferências eletrônicas que exigem uma maior concentração. “Na vara temos equipamentos que nos auxiliam, como dois monitores e scanner, por exemplo. Já em casa, temos superado esses aspectos, com o empenho dos servidores para assimilar as regras e orientações e assim estamos obtendo excelentes resultados no que diz respeito à estatística, à quantidade, mas também na organização do trabalho através do treinamento a distância, na ajuda mútua e no apoio emocional”, comentou.

Na avaliação do juiz federal Fernando Marcelo Mendes, o trabalho realizado pela 13ª Vara Cível de São Paulo, mesmo remotamente, tem se mantido dentro de sua rotina conforme a divisão previamente estabelecida pelos diretores. “Obviamente que enfrentamos dificuldades. Fazendo uma analogia, foi necessário trocar os pneus do carro enquanto ele estava andando”, disse.

Outro aspecto importante destacado pelo magistrado é que tem sido boa a comunicação realizada entre a equipe de servidores e gestores, realizada através da plataforma Microsoft Teams, pelo correio eletrônico institucional e também pelo WhatsApp. “A adoção de reunião periódica online com a equipe se revelou fundamental para o desenvolvimento do trabalho remoto, como forma de acompanhar o andamento regular dos processos, corrigir eventuais nós de dificuldade e traçar planos visando ao aprimoramento dos métodos”, contou.

Para Fernando Mendes, sem as ferramentas tecnológicas disponíveis hoje seria praticamente inviável a manutenção dos trabalhos de maneira a atender as demandas em curso e dar conta das diversas novas demandas distribuídas ao longo desses 45 dias. “Se essa pandemia tivesse ocorrido há 15 anos, a Justiça brasileira simplesmente teria entrado em colapso”, concluiu.

A imensa maioria dos processos da 2ª Vara Previdenciária de São Paulo está no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), o que de acordo com a juíza federal Márcia Hoffmann é um ganho prático. Por outro lado, a maior dificuldade enfrentada durante o período de trabalho remoto está na ausência do contato pessoal diário. “Estamos ten-

tando contornar esse problema através de um grupo de Whatsapp e outro na plataforma do Teams. Nos reunimos e conversamos sobre o andamento dos trabalhos, nossas dificuldades durante o confinamento e outras questões que estão nos afligindo nesta pandemia”.

Na avaliação de Márcia Hoffman o teletrabalho pode ser uma faca de dois gumes: de um lado, ganha-se o tempo antes dispendido no deslocamento, de outro, fica-se muito mais tempo diante da tela do computador. “Minha experiência pessoal é de que nunca trabalhei tanto”, afirma. “Por óbvio, não posso intervir na esfera privada dos meus servidores, mas fui veemente ao aconselhá-los para que criem rotinas, estabeleçam horários de trabalho, façam algum tipo de exercício em casa, dediquem um tempo ao lazer e não troquem o dia pela noite”.

Para a magistrada, a incerteza em relação às consequências e ao tempo de duração da pandemia gera o seguinte questionamento: “quando isso terminar, a forma como vivemos em sociedade será afetada? Ninguém sabe. Na minha opinião, as práticas mais acertadas são as que investem na tecnologia digital, no trabalho remoto, na solidariedade e no sentido do humano”.■

Produtividade em números

Até o fechamento desta edição, os dados sobre a produtividade através do trabalho remoto no TRF3, SJSP e SJMS, além dos Juizados Especiais Federais (JEFs) e suas Turmas Recursais, contabilizavam o período de 20/3 a 20/5 (dois meses). Durante esse tempo, foram realizados 397,6 mil despachos, 124,5 mil decisões e 108,3 mil sentenças e acórdãos. A movimentação processual total realizada pelos servidores foi de 6,5 milhões. Segundo o painel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito da Justiça Federal, a 3ª Região tem os maiores números de sentenças e acórdãos, despachos e total de movimentos realizados.